

A ESCRAVIDÃO COMO ORIGEM DA DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL: de Joaquim Nabuco a Jessé Souza

SLAVERY AS THE ORIGIN OF SOCIAL INEQUALITY IN BRAZIL: from Joaquim Nabuco to Jessé Souza

Alana Derlene Sousa Cardoso Trindade* Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)

https://orcid.org/0000-0002-0573-1246

RESUMO

O texto comenta a teoria de Jessé Souza sobre a escravidão como origem da desigualdade social no Brasil, fazendo um breve contexto histórico/político do Brasil Império a partir da obra de Francisco Weffort e resgata o pensamento de Joaquim Nabuco, assim como de Gilberto Freyre, propondo uma reflexão sobre o papel do sistema escravista na desigualdade social do Brasil atual. Como reforço argumentativo, a visita aos clássicos Weber, Etienne de La Boétie e Jean-Jacques Rousseau.

Palavras-chave: Escravidão; Desigualdade social; Weffort; Freyre.

ABSTRACT

The paper comments on Jessé Souza's theory about slavery as the origin of social inequality in Brazil, making a brief historical/political context of Empire Brazil based on the work of Francisco Weffort and recalls the thought of Joaquim Nabuco, as well as Gilberto Freyre, proposing a reflection on the role of the slave system in social inequality in Brazil today. As argumentative reinforcement, a visit to the classics Weber, Etienne de La Boétie and Jean-Jacques Rousseau.

Keywords: Slavery; Inequality; Weffort; Freyre.

* Mestre em Sociologia pela UFMT (2021). Graduação em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso (1999). Pós-Graduação lato sensu pela Universidade de Cuiabá em Direito Público (2003). Pós-Graduação lato sensu pela Academia de Polícia Militar Costa Verde em Gestão de Segurança Pública (2014). Delegada de Polícia em Mato Grosso desde 2002.

Contato: aderlene12@gmail.com

Artigo Recebido em: 05/02/2020. Aceito em 16/09/2022.

INTRODUÇÃO

A distribuição de renda no Brasil é tema corrente nas ciências sociais e quase que unanimemente é considerada a origem dos diversos problemas sociais que o povo brasileiro enfrenta, sobretudo a violência. Não há controvérsia em torno do fato de que a concentração de riquezas em parcela mínima da população acarreta uma cruel e escancarada desigualdade social que tem caracterizado o país ao longo do tempo.

Os relatórios do IPEA¹ (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) revelam a dimensão e a persistência que tornam a desigualdade brasileira única no mundo. "Assim como a Índia é o caso emblemático para o estudo da pobreza e a África do Sul o da discriminação racial, o Brasil fecharia o G3 como o exemplo extremo, e, ao mesmo tempo, o espelho da desigualdade mundial de renda"(2018).

O sociólogo Jessé Souza², do Departamento de Sociologia da UFABC tem propagado que a desigualdade social no país teria origem nos três séculos de escravidão que experimentamos no Brasil Colônia e Império.

Crítico do capitalismo, Souza ainda enceta a escravidão ideológica. Assevera que os pobres aderem à ideologia da elite com a estratégica contribuição de pensadores e intelectuais que fazem incutir no imaginário popular o discurso da meritocracia como justificativa das diferenças entre ricos e pobres. E atribui a estes a responsabilidade pela própria miséria, como se a riqueza decorresse unicamente do mérito pessoal.

Nesse sentido, a sociedade brasileira seguiria dividida de maneira similar à época do império, entre senhores e escravos; hoje chamados de ricos e pobres ou elite e ralé. Em ambas épocas, entre eles uma estreita classe média que não encontra lugar definido e acaba por viver próxima à ralé, mas se acreditando elite para negar sua própria miséria existencial.

¹ BARROS, Ricardo Paes; FOGUEL, Miguel Natan e ULYSSEA, Gabriel. Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5553. Acesso em 05/12/2019.

² Neste texto apenas quatro obras foram usadas como referência ao pensamento de Jessé Souza as quais estão adequadamente citadas ao final.

O pensamento de Jessé Souza em algumas de suas obras escancara a realidade brasileira contemporânea criticando a ideia de brasilidade camarada e cordial dos clássicos nacionais, sobretudo Gilberto Freyre³. Entretanto, percebe-se que desde o século XIX Joaquim Nabuco, um dos principais intelectuais abolicionistas do Brasil Império, pregava que a escravidão deixaria um legado de miséria e desigualdade porque se constituiria num fenômeno sociológico total, influenciando profundamente a cultura, a economia e a sociedade brasileira como um todo: a escravidão estaria no DNA do Brasil.

O texto propõe uma reflexão sobre a escravidão como gene da desigualdade social no país, servindo-se da história contada por Francisco Weffort, em A formação do pensamento político brasileiro; de Gilberto Freyre nas suas obras mais conhecidas, e de clássicos da sociologia e da filosofia como Weber e Rousseau, resgatando o pensamento de Joaquim Nabuco e a tese de Jessé Souza.

A ESCRAVIDÃO NA HISTÓRIA DO BRASIL

Observa-se na história contada por Weffort que a escravidão era tema constante de amplas discussões no Brasil Império, considerando o cenário do mundo na época, as críticas europeias e os embates nas colônias norte-americanas que culminaram na guerra de secessão (1861-1865), mormente porque como base da economia nacional não poderia ser eliminada do contexto sem que houvesse um processo de desescravização, além de estar intimamente ligada à cultura do povo que aqui vivia.

A abolição da escravidão no Brasil acarretaria consequências econômicas e sociais que a recém-nascida Terra não poderia suportar. De fato à elite brasileira da época, a abolição dos escravos seria algo impraticável, catastrófico, apesar do mal estar que causava aos aristocráticos educados na Europa com ideais liberais de igualdade e dignidade humana.

³ Gilberto Freyre neste trabalho é citado a partir das obras referenciadas ao final do texto. A alusão ao autor em geral sugere uma compilação de pensamento transposto em suas obras. No decorrer do texto existem citações específicas devidamente registradas.

De igual maneira, com a Europa se industrializando, o capitalismo florescendo no ocidente, a forma de produção escravagista começava a se tornar obsoleta e inadequada aos tempos modernos que se anunciavam.

A história registra que o Império Brasileiro teria que ceder às pressões econômicas impostas pela Inglaterra, grande patrocinadora da independência do Brasil em 1822. Assim, seja o anseio por mercado, seja por imposição de novos meios de produção, ao Brasil era forçoso tomar providências que conseguissem paulatinamente acomodar os interesses comerciais da coroa inglesa e as necessidades da economia do império escravagista e rural.

Weffort (2011) menciona a importância da proibição do tráfico de escravos no Brasil em 1850, cinco anos após o *Bill Aberdeen* inglês que autorizava a coroa inglesa a tratar navios negreiros como piratas, aprisionando-os e julgando-os consoante as leis da coroa. E na sequência, com as ponderações pautadas na percepção da grandeza da população de escravizados no Brasil, a elite cogita da necessidade de reduzir sistematicamente esse número com intuito de evitar ou se preparar para uma possível revolta dessa gente aprisionada.

É nesse contexto que surge a lei do ventre livre em 1871, conferindo a liberdade a todo filho de escravizado nascente em terras brasileiras. Concomitantemente, vê-se a exaltação do índio e do mestiço como parte da cultura nacional na intenção de reconhecer ou construir uma identidade, o que somente na década de 30 do século XX alcançou êxito com a obra de Gilberto Freyre, Casa-grande e senzala, de que trataremos adiante.

A história registrada a partir dos personagens citados por Weffort (2011) confirma que a escravidão foi durante 300 anos a base da economia brasileira e a imensa população de escravizados, superior à de pessoas livres, nos força a reconhecer a influência dessa realidade na formação cultural brasileira. Nesse sentido, há que se recorrer a Freyre mais uma vez para concordar com a miscigenação enquanto característica brasileira ou da chamada brasilidade, como ele mesmo denominou.

Weffort (2011) lembra que Joaquim Nabuco foi o primeiro político brasileiro a explicar a formação do Brasil a partir da escravidão, para ele a escravidão deveria ser entendida não como um fenômeno em si, mas uma variante sociológica mais abrangente que permeia todo o passado. Ele arremata que com

a escravidão se definiu a economia, a organização social, a posição das classes sociais, até mesmo da população pobre que não era nem escravizada e nem proprietária de terras, assim como a estrutura do Estado e do poder político, influenciando o próprio sistema de ideias. A sociedade brasileira fora concebida, segundo Nabuco, a partir da estrutura da escravidão de pessoas pretas.

Em comparação com a sociedade norte-americana, onde a escrivão racial coexistiu com a brasileira por mais de século, Weffort ressalta que Joaquim Nabuco fora o primeiro dos intelectuais nacionais a ver na escravidão brasileira um fenômeno social total, diferente da maneira como se dera nos Estados Unidos, onde não teria afetado a constituição social, restando a explícita separação cultural entre pretos, africanos e afro-americanos, e brancos, europeus ou euro-americanos, que perdura até os dias atuais.

Deveras, Nabuco reconhecera que os indivíduos africanos e seus descendentes escravizados no Brasil tiveram imensa importância na constituição do povo brasileiro, antecipando o pensamento de Freyre ao dizer que os africanos escravizados nos deram (ao Brasil) um povo.

> Tudo, absolutamente tudo que existe no país, como resultado do trabalho manual, como emprego de capital, como acumulação de riqueza, não passa de uma doação gratuita da raça que trabalha à que faz trabalhar." "Nós não somos um povo exclusivamente branco." Assim, aqui a emancipação significará "a eliminação simultânea dos dois tipos contrários, e no fundo os mesmos: o escravo e o senhor. (NABUCO, 2000)

Joaquim Nabuco teria compreendido na escravidão um mal que traria unicamente miséria e desigualdade para o país e que não bastaria apenas abolir o sistema escravista, mas seria necessário destruir toda a obra da escravidão que está vinculada à nossa constituição social e contaminou o conceito de pátria, fazendo com que o país se confundisse com ela (WEFFORT, 2011).

O Brasil, segundo Nabuco⁴, seria sinônimo de escravidão e deveria ser reconstruído em outras bases, advertindo que:



⁴ Importante registrar que os termos empregados na citação foram reproduzidos da forma como registrados na obra referenciada. Assim, os termos "raça negra", "escravos" estão inseridos no contexto da época em que a obra foi escrita.

Depois que os últimos escravos houverem sido arrancados ao poder sinistro que representa para a raça negra a maldição da cor, será ainda preciso desbastar, por meio de uma educação viril e séria, a lenta estratificação de trezentos anos de cativeiro, isto é, de despotismo, superstição e ignorância. O processo natural pelo qual a Escravidão fossilizou em seus moldes a exuberante vitalidade do nosso povo durou todo o período do crescimento, e enquanto a Nação não tiver consciência de que lhe é indispensável adaptar à liberdade cada um dos aparelhos do seu organismo de que a escravidão se apropriou, a obra desta irá por diante, mesmo quando não haja mais escravos. (NABUCO, 2000)

A FORMAÇÃO DA CULTURA BRASILEIRA

Souza (2018, p. 42) registra que a escravidão era a instituição que englobava todas as outras existentes no Brasil colônia e império. Para ele, nossa forma de família, de economia, de política e de justiça foi edificada na estrutura do sistema de escravidão das pessoas pretas e seus descendentes.

Freyre (2003), em sua época, numa espécie de romantização da tragédia, conseguiu acalentar o sentimento da elite brasileira, desenhando uma imagem positiva do brasileiro fruto da mistura de raças, naturalmente pacífico e alegre, dotado da fantástica capacidade de se adaptar às diversas situações, daí surgindo a chamada "plasticidade".

Em sua obra inteira, Gilberto Freyre desenhou um modo de cultura local e especial, trazendo a ilustração da casa-grande e da senzala numa esquisita harmonia. Assim, anunciou as relações sociais do Brasil da colônia ao império de uma maneira alegórica e figurativa, mas capaz de influenciar a maneira como o povo brasileiro se reconhece até os tempos atuais.

A "genialidade" de Freyre se expressaria na ênfase que deu à cultura e não à raça brasileira, a dissociação entre cultura e raça permitiu que o brasileiro de todas as origens étnicas se reconhecesse no mito da brasilidade, eis que caracterizado justamente pela mistura. A dita brasilidade de Freyre expressa o entrelaçamento e influência de hábitos e costumes diversos na constituição da singularidade social e cultural brasileira⁵ (SOUZA, 2008).

⁵ A dita brasilidade foi apontada de diversas formas ao longo do século XX, mas não raro associada a festividades, alegria, corpos expostos. No século XXI, além dessas associações, surge ainda a promiscuidade, com especial objetificação da mulher.

A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o banguê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao pater famílias, culto dos mortos, etc); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o 'tigre, a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo). (FREYRE, 2003)

A noção de miscigenação apontada por Freyre, nos leva a compreender que as relações sexuais entre brancos, negras e índias fez nascer uma considerável população de bastardos os quais, por vezes, cresciam na estrutura da casa-grande, de maneira a lhes ser oportunizada a educação europeia e até mesmo a parte na herança. Esse tipo de relato mereceu registro na literatura e permeia o imaginário social, contribuindo ainda para a depreciação da imagem da mulher preta tratada em diversos estudos da atualidade.

Ainda como reforço argumentativo da miscigenação, tanto Weffort quanto Jessé Souza citam a influência da cultura árabe na aceitação social das relações familiares entre senhores e mulheres escravizadas.

Souza (2018) menciona Novo Mundo nos Trópicos⁶ em referência à concepção maometana de escravidão, mais ligada a um sistema doméstico; assim como a poligamia árabe, o que teria sido inspiração para o acolhimento dos bastardos pela sociedade brasileira.

Além dessas construções, o distanciamento dos centros europeus e a necessidade de povoar o território teriam conduzido à aceitação pela sociedade colonial de filhos de europeus com mulheres pretas ou índias, possibilitando-lhes ascensão social (SOUZA, 2018, p. 47).

Freyre (2003) comenta que o longo contato dos portugueses com os sarracenos criou no imaginário lusitano a figura encantada da mulher morena de olhos negros que foi associada às índias encontradas no Brasil-colônia.

Deveras, Weffort (2011) acentua que no momento da colonização portuguesa no Brasil os velhos conflitos da reconquista achavam-se diluídos e muitos descendentes dos mouros encontravam-se amplamente integrados à



⁶ FREYRE, Gilberto. Novo Mundo nos Trópicos. Disponível em: https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/397/1/348%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf.

nação portuguesa. Segundo ele, ao longo da história brasileira, a presença dos árabes, que vem desde a colônia, jamais alcançou um caráter conflituoso.

O fato além da questão é que não há como negar a miscigenação percebida na cor da pele do povo brasileiro. Assim como é inegável a importância de intelectuais "mulatos" no Brasil Império que contribuíram para a formação do pensamento da elite da época, como Machado de Assis, André Rebouças, José do Patrocínio e Luiz Gama (WEFFORT, 2011).

A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala. O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma rala e insignificante lambujem de gente livre sanduichada entre extremos antagônicos, foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação. (FREYRE, 2003)

A DESIGUALDADE SOCIAL COMO HERANÇA DA ESCRAVIDÃO

O modelo social da casa-grande e senzala descrito na obra de Freyre seria mantido nos tempos atuais com a roupagem contemporânea da segmentação em duas grandes classes sociais: os ricos (a elite, herdeiros dos senhores) e os pobres (a ralé, descendentes dos escravos), restando entre eles a mesma classe média "sanduichada" nas palavras de Freyre⁷ que não se enquadra em nenhuma das categorias.

A ralé para Jessé Souza (2011) se constitui a partir do mito da brasilidade de Gilberto Freyre e do homem-passivo de Sérgio Buarque de Holanda. A ralé seria composta pelos indivíduos excluídos do mercado capitalista e explorados historicamente pelas elites. Os escravos libertos, o caipira, o sertanejo do nordeste, todos esses tipos não conseguiram galgar degraus na pirâmide capitalista e seguem rastejando na base, sem qualquer perspectiva de ascensão⁸.

⁷ Alusão a Gilberto Freyre ao mencionar em Casa-grande & senzala que no Brasil Império havia uma pequena parcela de trabalhadores que não se encaixavam como escravos e nem eram proprietários de terras.

Oportuno o trecho de Rousseau: "Não se pode perguntar qual é a fonte da desigualdade natural, porque a resposta se encontraria enunciada na simples definição da palavra. Ainda menos se pode procurar se haveria alguma ligação ao discurso sobre a origem da desigualdade essencial entre as duas

A divisão em classes sociais é facilmente perceptível na história passada e presente. Seguimos separados em grupos econômicos numa repetição adaptada da segmentação cristã enunciada por Weber⁹ como uma vontade 'divina', em cujas ditas classes do espírito seriam as classes superiores (ricos) e as inferiores abarcariam os trabalhadores em geral e excluídos (a ralé) (SOUZA, 2018, p.11).

O fato é que os grupos de senhores e nobres do Brasil-Império que constituíam a elite do poder econômico e formal, fazendo as leis e dominando a gestão do país, continuaram na mesma posição, adquirindo apenas uma nova roupagem com adereços da época atual.

Mas também é certo que o Brasil moderno, constituído por Contrato Formal (Constituição Promulgada), consubstanciado em democracia com sufrágio universal, não pode permanecer em padrões do Império, sendo necessária a construção de uma imagem de igualdade de direitos que permita às mesmas elites seguirem dominando conforme seus interesses sem, contudo, assumir ostensivamente sua posição manipuladora.

Souza (2018) explica que antes os benefícios e privilégios da elite eram hereditários e legitimamente transmitidos por herança, dispensando-se qualquer esforço para ocultar ou maquiar o que era costume. Entretanto, no mundo moderno, o poder continua sendo transmitido entre famílias, basta observar a árvore genealógica dos ocupantes de mandatos eletivos para se comprovar empiricamente a tese. Entretanto, numa realidade que se ocupa de aparências e de ilusões, a hereditariedade do poder se mascarar cinicamente em talento e mérito pessoal, reforçando a ficção da igualdade de oportunidades na qual se assenta o Estado de Direito no Brasil (2011, p. 43).

A desigualdade social caracteriza o Brasil de hoje como a escravidão foi associada ao Brasil de ontem e embora não haja explicitamente a referência ao racismo nos textos de Jessé Souza, é facilmente perceptível que a grande maioria

desigualdades, pois isso equivaleria a perguntar, por outras palavras, se aqueles que mandam valem necessariamente mais do que os que obedecem, e se a força do corpo e do espírito, a sabedoria ou a virtude, se encontram sempre nos mesmos indivíduos em proporção do poder ou da riqueza: questão talvez boa para ser agitada entre escravos ouvidos por seus senhores, mas que não convém a homens razoáveis e livres, que buscam a verdade". (ROUSSEAU, In: Discursos sobre a origem da desigualdade entre os homens, 1992).

⁹ "A diferenciação dos homens em camadas e vocações, estabelecida através do desenvolvimento histórico, tornou-se, como vimos, resultado direto da vontade divina e consequentemente a permanência de cada um na posição e dentro dos limites que lhe foram assinalados por Deus, um dever religioso." WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo, 10ª ed., Livraria Pioneiro Editora. São Paulo:1996, p. 114.

dos pobres do presente se assemelham fisicamente aos escravizados do passado o que, aliás, é objeto de inúmeros estudos das ciências sociais.

O cerne da discussão aqui é a importância e a contribuição da cultura escravagista do Brasil Colônia e Império na desigualdade social do Brasil República até os dias atuais. Jessé Souza (2011) comenta que a desigualdade social no Brasil seria justificada pelo esquecimento da segmentação em classes sociais, ou ausência de percepção da classe pobre que adota a ideologia das elites e se ilude com a noção de meritocracia. Essa ideologia se efetiva mais facilmente com o mito da brasilidade de Freyre e do homem cordial de Holanda.

Souza (*op. cit*) ainda pondera a obsessão do Brasileiro pelos Estados Unidos, o que tem pautado o pensamento da elite nacional ao longo do Século XX, evidenciando uma apropriação da ideologia de mercado norte-americana e da ética protestante. Entendimento que se encontra também em Weffort.

Nesse ponto, oportuno resgatar que os ricos e privilegiados não querem apenas ser mais felizes, querem também se sentir legitimados no privilégio¹⁰. Logo, a desigualdade social no Brasil precisa ser encoberta e para isso o pobre brasileiro deve se reconhecer como sujeito de direitos numa sociedade de livre iniciativa, onde os privilégios dos ricos sejam compreendidos como esforço e sucesso individual (SOUZA, 2013).

Para Souza (2013) o toque de midas da ideologia de mercado que explica sua adesão popular é a associação entre mercado e pureza, virtude e liberdade, fazendo com que a classe trabalhadora (pobre), para se sentir pura e virtuosa, tenha que ser parte integrante do mercado porque o que não for a favor do mercado seria espúrio, como se tem visto claramente nas redes sociais nos últimos anos, sobretudo na polarização política do cenário nacional¹¹.

Nesse sentido, em "A tolice da inteligência brasileira", Souza considera que as categorias científicas têm sido usadas sem que seu real caráter fique explícito



Segundo Weber, na ética protestante, a riqueza só é condenável quando constitui um meio de constituir tentação pecaminosa, mas como empreendimento de um dever vocacional, não é apenas moralmente permissível, mas diretamente recomendada, eis que a vocação para obter meios mais lucrativos seria uma dádiva de Deus. Op. Cit. P. 116.

¹¹ Vale mencionar, apenas para registro, que o discurso de polarização política entre regime socialista e capitalista representa também uma das formas de manipulação da ideologia de mercado, já que o que não for a favor do mercado e do consumo será contra ele e, portanto, "comunismo" na linguagem popular.

como uma justificação da violência simbólica que funciona como um equivalente do racismo, um racismo intelectual¹².

Para o sociólogo, no mundo moderno a ciência substitui a função das religiões nas sociedades pré-modernas, pela ciência se buscaria a legitimidade para tratar de qualquer assunto, impor qualquer ideia e criar verdades.

A desigualdade social no Brasil, por conseguinte, só tem sido possível porque a "inteligência brasileira" ou a ciência que presta serviço à elite contribui para justificar os problemas nacionais como frutos da ineficiência do Estado e da corrupção, e não da concentração de renda (SOUZA, 2013).

Um olhar crítico sobre o passado revela que nunca houve real interesse da classe dominante em reduzir a distância entre ricos e pobres, seja fornecendo meios para que os pobres conseguissem alguma melhoria efetiva em sua condição de vida.

Percebe-se na leitura de Joaquim Nabuco que Jessé Souza não inovou ao reconhecer na cultura da escravidão o berço da má distribuição de renda no país que conduz à desigualdade social de que se tem tratado.

Em O Abolicionismo¹³ Nabuco deixa evidente que a escrivão não consistia apenas num meio de produção agrícola, mas constituía o próprio Brasil desde a ocupação europeia no século XVI.

É importante reconhecer, ademais, que os estudos de Freyre sobre a mestiçagem nos mostram como a escravidão era parte fundante do sistema econômico, social e político que se encontrava na casa-grande (FREYRE, 2003).

Observa-se que a noção de mestiçagem descrita por Freyre confirma a importância da cultura da escravidão na formação da identidade nacional e esta, somada à ideia do homem cordial de Holanda contribui para justificar a absorção da ideologia das elites entre os pobres e nos remetem mesmo ao discurso da servidão voluntária de La Boétie¹⁴ que expõe as contradições humanas no que tange à liberdade.

¹² O racismo culturalista teria caráter de violência simbólica por representar na ciência uma visão hegemônica da elite, tema amplamente tratado em A tolice da inteligência brasileira de Jessé Souza.

NABUCO, Joaquim. O abolicionismo. São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do Folha pensamento brasileiro da de São Paulo). Disponível http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000127.pdf. Acesso em 03/12/2019.

¹⁴ LA BOÉTIE, Etienne de; Discurso da servidão voluntária. Tradução de Gabriel Perissé. São Paulo: editora Nós. 2016.

Como sentir falta da liberdade ao escravo que conhece unicamente grilhões? (Conservadores temiam uma revolta de escravos, cientes de que a população escrava chegou a superar a de homens livres no Brasil no séc. XIX, mas salvo alguns casos isolados, a grande revolta jamais ocorreu). Como não acolher a distância entre ricos e pobres se estes jamais estiveram próximos mesmo sendo iguais perante a lei? (A ficção da igualdade formal que ilude o pobre para conformá-lo à sua própria miséria).

Oportuna a lição quadricentenária de Rousseau¹⁵:

Assim, pois, não é pelo aviltamento dos povos subjugados que devemos julgar as disposições naturais do homem pró ou contra a servidão, mas pelos prodígios que fizeram todos os povos livres para se livrarem da opressão. (ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens e se é autorizada pela lei natural. Discurso proferido à Academia de Dijon em 1753. 1992)

Nesse diapasão, forçoso reconhecer que a exaltação das diferenças, a diversidade cultural que compõe a identidade nacional anunciada por Freyre torna-se fator primordial para assentar qualquer incômodo que a desigualdade pudesse ocasionar e conformar o pobre na pobreza.

Tomando em conta tais antagonismos de cultura, a flexibilidade, a indecisão, o equilíbrio ou a desarmonia deles resultantes, é que bem se compreende o especialíssimo caráter que tomou a colonização do Brasil, a formação sui generis da sociedade brasileira, igualmente equilibrada nos seus começos e ainda hoje sobre antagonismos. (FREYRE, 1933, p. 69)

Sobre isso, Souza (2018) esclarece que a obra de Freyre foi ao encontro dos interesses do Estado Novo de Getúlio Vargas que, pegando carona na índole pacífica do brasileiro, possibilitou a construção da autoestima positiva em torno da diversidade do povo miscigenado e miserável, propagando o ideário de união em torno da Nação. "Ela (a obra de Freyre) permitiu conferir autoridade intelectual a um caráter singularmente 'brasileiro' à ideologia orgânica do Estado novo que percebia a nação como superação dos conflitos 'mesquinhos' de classe." E mais,

¹⁵ ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens e se é autorizada pela lei natural. Discurso proferido à Academia de Dijon em 1753. 1992. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000053.pdf. Acesso em 03/12/2019.

"a negação dos conflitos de toda espécie para ser percebida como atributo 'positivo', agora 'articulado', explicitado e desenvolvido como ideia e não, como antes, uma 'prática' inconfessável.

Desta feita, é de se reconhecer a profecia de Nabuco quanto ao legado da escravidão.

A escravidão é um mal que não precisa mais ter as suas fontes renovadas para atuar em nossa circulação, e que, hoje, dispensa a relação de senhor e escravo, porque já se diluiu no sangue. Não é portanto a simples emancipação dos escravos e ingênuos que há de destruir esses germens, para os quais o organismo adquiriu tal afinidade. (NABUCO, 2000)

Percebe-se assim que as teorias de Freyre e Holanda propagadas em discurso político pela elite dominante acabaram por cimentar os tijolos que a cultura escravista moldou solidificando a distância entre ricos e pobres no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto buscou demostrar como a escravidão se embrenhou na cultura do Brasil de modo a se perpetuar ao longo de mais de um século. O pensamento de Joaquim Nabuco se revelou preciso e anunciou a desigualdade social que reproduz o sistema escravista do Brasil Império.

Nesse sentido, a obra de Gilberto Freyre parece ter contribuído para a manutenção do modelo escravista fornecendo instrumental científico para a propagação da ideologia da elite durante as transformações políticas, tecnológicas e sociais do século XX.

A construção da identidade nacional a partir da miscigenação e da passividade do povo selou a segmentação das classes de senhores e escravos, transpostas para os estamentos contemporâneos denominados classe rica e classe pobre a quem Jessé Souza chama de Ralé.

Percebe-se ainda a passividade e resignação do brasileiro pobre foram festejados por Freyre e Holanda como atributo de cultura, quando de fato se tratariam de ignorância e resignação advindas dos 300 anos de servidão, conforme ensinamentos de Rousseau e La Boétie.

A mestiçagem descrita por Freyre ofereceu auxílio à manutenção da estrutura de dominação por meio da ficção jurídica da igualdade de direitos propagada no século XX. A mistura de raças que caracterizaria o povo brasileiro permitiu que a classe pobre se identificasse com os ricos na origem cultural/racial e facilitou a adesão ao discurso da unidade nacional na República que favorece a manutenção das desigualdades.

Por fim, o modelo de divisão social historicamente mantido no Brasil se perpetua na ausência de consciência sobre si mesmo por parte da classe pobre. É nessa ausência de reconhecimento de sua própria condição que nascem os chamados "pobres de direita" que defendem a ideologia do capital e liberalismo econômico, entorpecidos pelos efeitos alucinógenos do consumo.

Rousseau e La Boétie continuam contemporâneos em sua contribuição sobre a desigualdade. E, sem vislumbrar melhor visão, percebe-se que os escravizados de outrora seguem acorrentados no presente, não mais pelas mãos e pés, agora por suas mentes.

REFERÊNCIAS

LA BOÉTIE, Etienne de; Discurso da servidão voluntária. São Paulo: editora Nós, 2016.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48ª ed. Recife/PE: Global editora, 2003.

______. Novo Mundo nos Trópicos. São Paulo: ed. Nacional e USP, 1971.

SOUZA, Jessé. Subcidadania Brasileira: Para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. Leya, 2018.

_____. A Ralé Brasileira Quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

____. A Tolice da Inteligência Brasileira ou como o país se deixa manipular pela elite. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Leya. 2018.

___. A Elite do Atraso: Da escravidão a Bolsonaro. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 10ª ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1996.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens e se é autorizada pela lei natural**. Discurso proferido à Academia de Dijon em 1753. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000053.pdf>. Acesso em 03/12/2019.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000.

WEFFORT, Francisco C. A formação do pensamento político brasileiro: Ideias e Personagens. São Paulo: Ática, 2011.